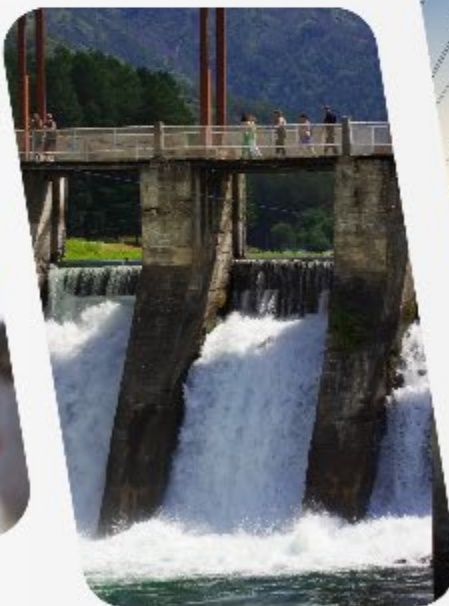




# XXXIX ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

## Aspectos Tributários da Sustentabilidade



11:55



## Nestlé lança cafeteira com cápsula de papel que se decompõe em 6 meses


O Brasil será o primeiro país a receber o produto e produzirá 100% das cápsulas na fábrica da Nescafé Dolce Gusto, em Montes Claros (MG)

 Márcio Padrão

10 nov 2022 - 17h52

(atualizado em 11/11/2022 às 15h24)

[Ver comentários](#)

 Compartilhar



O papel que compõe a cápsula é feito de um polímero biodegradável criado para se decompor naturalmente em cerca de seis meses

Foto: Divulgação



Brasil será o primeiro país a receber o produto e produzirá 100% das cápsulas na fábrica da Nescafé Dolce Gusto, em Montes Claros (MG)

Foto: Divulgação

A **fábrica** de Montes Claros é a primeira da Nestlé no mundo a receber certificação de impacto ambiental neutro em todas as etapas da produção. Ela usa somente água de reuso, não gera resíduos para aterros, e neutraliza 100% das suas **emissões**. A previsão de investimento no Brasil para a nova linha sustentável é de R\$ 300 milhões.



## Borra de café reciclada pode deixar o concreto 29% mais resistente

Pesquisadores substituíram 15% da areia do concreto por um carvão vegetal proveniente do aquecimento da borra de café, resíduo orgânico comum em aterros sanitários

Por Aline Melo, Revista Casa & Jardim

17/09/2023 08h01 · Atualizado há um dia



A borra de café é o resíduo do pó que permanece no filtro após a coagem; o 'ingrediente' pode ser aproveitado para produzir concretos de construção mais resistentes — Foto: Freepik / Creative Commons

5:12



A substituição de 15% da areia do concreto pelo biochar – biocarvão ou carvão vegetal – da borra de café resultou em blocos de concreto 29% mais resistentes que os blocos convencionais.

“A adição de biochar pode tornar o concreto mais resistente porque possui uma estrutura porosa que retém a umidade”, explicou Rajeev para o periódico científico Journal of Cleaner Production. “Isso pode impedir que o concreto seque em seu interior e desenvolva microfissuras que enfraquecem a estrutura.”

Os cientistas pretendem realizar testes de campo com o biocarvão. “Nossa pesquisa está nos estágios iniciais, mas essas descobertas oferecem uma forma inovadora de reduzir significativamente a quantidade de resíduos orgânicos que vai parar em aterros sanitários”, analisou Shannon Kimartin-Lynch, co-autora do estudo.



com que o País acabe perdendo a oportunidade, alertam especialistas.

O SAF é um biocombustível que pode ser produzido a partir de óleos vegetais (de cana-de-açúcar, milho ou palma, por exemplo), gorduras animais (como o sebo bovino) e até óleo de cozinha usado. Ele emite de 60% a 80% menos carbono do que o querosene de aviação (QAV) usado hoje e é tido como a principal ferramenta para as companhias aéreas atingirem a meta com a qual se comprometeram de zerar as emissões líquidas de carbono até 2050.

# Incentivos fiscais + Agenda Verde

## Lei do Bem



A criação de novas tecnologias voltadas à agenda ESG pode ser geradora de incentivos fiscais bem atraentes.

## Transição Energética



Além dos incentivos fiscais aplicáveis à energia solar e eólica, a transição energética pode ser custeada por debêntures verdes.

## Rota 2030



Programa criado para desenvolver o setor automotivo brasileiro e que concede benefícios de II, IPI, IRPJ e CSLL

## Créditos de PIS e Cofins



Várias despesas conectadas à sustentabilidade tiveram o creditamento de PIS e Cofins aceito pelo Fisco e pelo STF

## REIDI



Projetos de energias alternativas vêm obtendo o benefício do REIDI que, em linhas gerais, implica na não incidência de PIS e Cofins nas aquisições de ativo imobilizado.



# Rio propõe abater ISS de empresas para reduzir emissões

Em discussão na Câmara, benefício seria para novos negócios com foco ambiental e em operações de crédito de carbono

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES  
luiz.magalhaes@opovo.com.br

A Câmara Municipal do Rio discute um projeto de incentivos fiscais de iniciativa do Executivo que tem como principal apelo incentivar a adoção de medidas para reduzir emissões de gases do efeito estufa na cidade. A proposta, batizada de ISS neutro, aposta em duas frentes. Por um lado, oferece reduzir de 5% para 2% a alíquota cobrada de consultorias e empresas especializadas em auditorias e certificações ambientais que se instalarem no Rio. Por outro, prevê a redução de ISS, também para 2%, em operações de compra e venda de créditos de carbono feitas por empresas instaladas na cidade que desejarem compensar suas emissões.

—O mercado de carbono é uma atividade emergente que tende a crescer nos próximos anos. São poucas as empresas que se dedicam a isso no Rio. Essa é uma oportu-

nidade para atrair uma atividade do mercado financeiro que também gera bom retorno de recursos em forma de tributos e empregos para a cidade — diz o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, Chicão Bulhões.

O projeto foi aprovado em primeira discussão na última quinta-feira, por 35 votos a um. Nos próximos dias, o tema voltará aos debates. O único voto em contrário foi de Carlos Bolsonaro (Republicanos), que alegou que o incentivo fiscal poderia prejudicar pequenas empresas, pois teriam dificuldades de obter o benefício.

## INVESTIMENTO AMBIENTAL

A aposta da prefeitura nesse filão segue uma orientação internacional. Por meio de adesões voluntárias, incentivadas por essa redução do ISS, o município também acredita que estará mais perto de cumprir as metas com as quais se comprometeu



Menos carbono. Empresa que recupera asfalto de ruas da Zona Sul reduziu suas emissões em três mil toneladas

teu como integrante do C40, rede de 96 cidades de todo o mundo que trabalha para zerar suas emissões até o ano de 2050. O cronograma ainda estabelece etapas intermediárias: para 2030, a prefeitura tem o objetivo de reduzir em 20% as emissões, na comparação com os dados de 2017. Nesse mesmo rumo, o mercado financeiro passou, desde janeiro, a identificar como o sufixo IS (Investimento Sustentável) fundos de investimento de empresas que adotam medidas para preservar o meio ambiente.

—O setor financeiro, apesar de perdas como a concentração das operações da Bolsa de Valores em São Paulo (B3), responde pela terceira maior arrecadação de ISS do Rio (R\$ 566,3 mi-

lhões, atrás apenas dos serviços de engenharia e arquitetura) — acrescentou Chicão Bulhões.

No caso das negociações de compra e venda de créditos, haveria um limite de R\$ 60 milhões por ano para o abatimento do ISS. Não seria oferecida uma redução automática do imposto, mas uma espécie de acerto de contas no ano seguinte, no cálculo a ser recolhido. Caso o percentual a ser abatido seja superior a esse teto, haveria uma divisão proporcional entre empresas participantes. A proposta de política de incentivos não será por tempo indeterminado. De início, valerá até 2030.

A certificação ambiental de uma empresa cumpre uma série de regras. Em primeiro lugar, a interessada de-

emissões, são gerados créditos de carbono, que podem ser investidos em projetos ambientais (como programas de reflorestamento) ou arrematados por uma outra empresa que deseja compensar suas emissões.

## EXPERIÊNCIA NA CIDADE

O Rio já abriga algumas experiências do gênero. Em abril, a empresa Tembici, que tem a concessão para operar as bicicletas compartilhadas, usou a plataforma da Organização Não Governamental (ONG) BV Rio para fazer o primeiro leilão do mundo em micromobilidade, com cálculos feitos seguindo critérios da ONU. Dois lotes de 750 unidades de crédito de carbono foram vendidos pelo equivalente a R\$ 63,1 mil e foram arrematados por duas empresas estrangeiras.

Desde 2006, a organização do Rock In Rio mantém um programa para reduzir suas emissões nas edições do festival. A partir de 2013, o festival foi um dos primeiros do mundo a contar com a ISO 20121, norma internacional que orienta ações para a sustentabilidade de eventos.


Em obras públicas, não é possível exigir das empresas contratadas que façam inventários ambientais, porque isso não é previsto na legislação que disciplina licitações. No Rio, entre as empresas que adotam essa prática está a Dimensional Engenharia, que é responsável, atualmente, pela execução do projeto Asfalto Liso na Zona Sul. A empresa fez seu inventário de emissões em 2020, base para reduzir três mil toneladas de emissões em 2021. Ela tem o certificado ouro,




XXXIX ENCONSEL

Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

# ESG vai além do que se vê!


- *São três os principais pilares:*
    - Incentivos Fiscais voltados à agenda verde + extrafiscalidade;
    - Transparência Fiscal; e
    - Política / Governança Tributária.
- 

# Falando sobre Transparência Fiscal...

- Pressão maior em:
    - i. Empresas extrativistas de recursos naturais;
    - ii. Que buscam capitais no exterior (por exemplo: Dow Jones Sustainability Index); e
    - iii. Que são parte de grandes grupos multinacionais.
  
  - Reputação: retribuição social adequada. Propósito é a nova realidade.
- 




# GRI 207

- “As organizações têm a obrigação de cumprir com a legislação tributária e a responsabilidade para com seus stakeholders de atender expectativas de boas práticas tributárias. Se as organizações buscam minimizar suas obrigações fiscais em uma jurisdição, elas podem privar o governo de receitas. Isso pode levar a uma redução de investimentos em infraestrutura e serviços públicos, a um aumento nas dívidas governamentais ou à transferência da obrigação fiscal para outros contribuintes.
  - O relato público sobre tributos aumenta a transparência e promove confiança e credibilidade nas práticas tributárias das organizações e nos sistemas tributários. Ele permite aos stakeholders formar opiniões embasadas sobre as posições tributárias de uma organização. A transparência fiscal também dá subsídios ao debate público e apoia o desenvolvimento de uma política fiscal socialmente desejável.”
- 

# Política / Governança Tributária


- Tax shaming / tax morality / fair share of taxes.
- “É bom andar na linha”: Programas de conformidade tributária (por exemplo: Nos Conformes e OEA).
- Importância do tax transformation, tax D&A, de um adequado BPO e do tax compliance.
- Transação tributária.

# E não para!

- CBAM (Pacto Verde Europeu);
  - Inflation Reduction Act;
  - Contabilização dos créditos de carbono e efeitos fiscais.
- 




# Planos da Petrobras

- "Vemos uma potencial integração da eólica offshore e a cadeia do hidrogênio verde e o PTX, o que significa um grande potencial de inclusão de geração renovável a cadeias globais de produtos. É uma visão muito similar à que temos hoje, a utilização de um potencial brasileiro, da industrialização brasileira gerando riqueza no Brasil, mas também acessando mercados mundiais, que é o que a gente faz hoje com o (petróleo) pré-sal", disse Daniel Pedroso, responsável pela Transição Energética da Petrobrás.
- 


## - Hidrogênio verde – a nova fronteira:

- **Multinacionais pressionam por regulação do hidrogênio verde no Brasil**

- 7 de agosto de 2023 – [Valor Econômico](#)

- Um grupo de dez grandes empresas interessadas no desenvolvimento de indústria de hidrogênio verde no Brasil (H2V) criou uma associação com objetivo de acelerar o debate em torno do marco regulatório para o setor. “O Brasil precisa passar uma mensagem mais clara e direta para entrar na competição global. Precisamos de um empurrão para sair da inércia”, afirma Luis Viga, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV). Viga é gerente-geral da Fortescue no Brasil, multinacional australiana do setor de mineração, que tem um projeto de R\$ 20 bilhões para construção de uma usina de H2V no Porto do Pecém, no Ceará.
  - Segundo um estudo da Bloomberg, o Brasil tem potencial para, em 20 anos, atrair U\$ 200 bilhões em investimentos para produção de H2V. Para abastecer as usinas, será necessário adicionar 198 gigawatts de capacidade em energia eólica e solar. “É o equivalente a um novo Brasil em energia”, comenta Viga.
- 

- Aspectos fiscais do H2V:

- A Bahia já concede diferimento de ICMS nas saídas internas de energia renovável para produção de hidrogênio e amônia verdes, assim como Ceará e Piauí diferem o ICMS na entrada interestadual de energia a ser utilizada na produção de hidrogênio verde, sob determinadas condições.
  - Espera-se a inclusão expressa dos projetos de hidrogênio verde como elegíveis a tratamentos diferenciados que estimulem a construção de plantas de produção, como o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), que desonera PIS/Cofins na prestação de serviços e aquisição de ativos para construção de projetos de infraestrutura.
  - PLANO DE TRANSIÇÃO ECOLÓGICA
- 



Luis Wolf Trzcina  
KPMG Brasil  
Líder Nacional de ESG para o Tax  
luiswolf@kpmg.com.br

